

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.825 - SC (2019/0089436-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **CONCÓRDIA LOGISTICA S.A**
ADVOGADOS : **IVAN CADORE - SC026683**
 KAIO HENRIQUE ZANDAVALLI E OUTRO(S) - SC048442
AGRAVADO : **CRISTIANO JULIO DA SILVA SCHADE**
ADVOGADOS : **HÉLIO MARCOS BENVENUTTI - SC007087**
 MARIELZA APARECIDA DE SOUZA - SC021905
 LUIZ FILIPI TESTONI E OUTRO(S) - SC028070

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CONCÓRDIA LOGISTICA S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO. FALECIMENTO DO PAI DO AUTOR. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DE TODAS AS PARTES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ/EMPREGADORA PERANTE O REQUERENTE. fi EXEGESE DO ART. 932, INC. III, DO CÓDIGO CIVIL. ATROPELAMENTO POR EMPILHADEIRA EM PÁTIO DE R, CONTAINERES. CONDUTOR DO VEÍCULO QUE VISUALIZOU A VÍTIMA NO LOCAL E NADA FEZ PARA ADVERTI-LA DA MOVIMENTAÇÃO DO EQUIPAMENTO, TAMPOUCO TEVE CAUTELA AO PASSAR PELO LOCAL, TANTO QUE SEQUER NOTOU O ATROPELAMENTO. 8 OFENDIDO QUE, DE OUTRO LADO, ESTAVA EM LOCAL PROIBIDO E FALANDO AO CELULAR, DEIXANDO DE OBSERVAR A MOVIMENTAÇÃO DO MAQUINÁRIO. LOCAL DE RISCO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE SEGURANÇA. CULPA CONCORRENTE 15 - BEM RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. DANO MORAL. AUTOR QUE, APESAR DE TER RECONHECIDA A PATERNIDADE SOMENTE APÓS O FALECIMENTO DO GENITOR, DEMONSTROU QUE MANTINHA LAÇOS AFETIVOS COM ELE. VÍTIMA QUE CONTRAIU MATRIMÔNIO COM A MÃE DO DEMANDANTE E TEVE OUTROS DOIS ORIUNDOS DAQUELA UNIÃO, APÓS O NASCIMENTO DO AUTOR. ABALO PRESUMIDO. DEVER DE INDENIZAR BEM RECONHECIDO. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO COMPORTA MODIFICAÇÃO, CONSIDERANDO A CONCORRÊNCIA DE CULPAS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 DO STJ. DECISÃO REFORMADA NO PONTO. - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL FIXADO NA ORIGEM EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 20, §3º, DO CPC/73. RECURSOS CONHECIDOS, DESPROVIDO O DA RÉ E PARCIALMENTE PROVIDO O DO AUTOR" (e-STJ fl. 402).

No recurso especial o recorrente sustenta a existência de violação ao artigo 394 do Código Civil, insurgindo-se contra o termo inicial de fixação dos juros de mora.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Verifica-se que não há correlação entre o artigo 394 do CC e o termo inicial de incidência dos juros de mora, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia por ausência de pertinência temática. Incidência, portanto, da Súmula nº 284/STF.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PENHORA. IMÓVEL. VINCULAÇÃO ÀS ATIVIDADES DA SOCIEDADE. PREJUÍZO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. SÚMULAS N. 7 E N. 83 DO STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. AUSÊNCIA. ARTIGO 100 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282 DO STF. DECISÃO MANTIDA. (...)

5. A alegação recursal de houve prequestionamento do art. 100 da CF não tem correlação com o embasamento do recurso especial, no qual se aponta violação ao art. 100 do Código Civil, como bem assinalado pela decisão ora agravada. Incidência, por analogia, da Súmula n. 284 do STF.

(...)

7. Agravo regimental não provido" (AgRg no REsp 1075160/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 17/11/2009).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para 12% (doze por cento) em favor do advogado da parte ora recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator